

1ª Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos se reuniu em Porto Alegre

Os milhares de ativistas de mais de 40 países dos cinco continentes reunidos em Porto Alegre para a 1ª Conferência Internacional Antifascista Pela Soberania dos Povos, de 26 a 29 de março, publicaram, no último dia do evento (29/3) a “Carta de Porto Alegre: Unidade Contra o Fascismo e pela Soberania dos Povos”. A Carta de Porto Alegre, aprovada na plenária final do evento, no dia 29 de março, sintetiza as principais deliberações do encontro e reafirma a necessidade de unidade internacional no enfrentamento à extrema direita e ao imperialismo.

O Sepe participou da Conferência, com uma delegação de 70 militantes, que foram a Porto Alegre se juntar aos milhares de militantes do Brasil e de vários países do mundo para debater estratégias de luta e de mobilização contra o avanço do fascismo no mundo. ■



Leia no QR code ao lado o texto da Carta de Porto Alegre >>

Sepe apoia luta das agentes de Educação infantil pela implementação da Lei 15.326/2026

O Sepe apoia a mobilização das agentes de Educação Infantil (AEIs) que, no dia 27 de março, protagonizaram um importante momento de luta na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Após mais de uma década de organização, resistência e enfrentamento, a categoria exige o reconhecimento profissional e a implementação efetiva da Lei 15.326/26, sancionada em janeiro pelo presidente Lula e que determina a inclusão das AEIs entre as profissionais do magistério. A conquista da lei é fruto da luta, mas a experiência prova que nenhum direito se garante apenas no papel e é preciso mobilização permanente para que seja cumprido na prática.

A presença massiva das agentes na Câmara Municipal do Rio neste dia reafirma um princípio que o Sepe defende historicamente: a valorização de todos os profissionais da educação é condição fundamental para a construção de uma educação pública de qualidade. Para o sindicato, é inaceitável qualquer tentativa de descumprimento ou distorção da lei.

Exigimos do poder público, em especial da Prefeitura do Rio, o imediato cumprimento da legislação e o devido reconhecimento das Agentes de Educação Infantil como parte essencial da educação básica. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL RJ

Nº 77 | Finalizada em: 22/04/2026



REDE MUNICIPAL DO RIO FARÁ ASSEMBLEIA HÍBRIDA DIA 16/05



Os profissionais de Educação da rede pública do Rio de Janeiro realizaram uma paralisação de 24 horas no dia 9 de abril. Neste mesmo dia, a categoria realizou uma assembleia agitada, com ato público na Cinelândia, na parte da tarde. A plenária na Cinelândia deliberou que a próxima assembleia geral do município, será realizada no dia 16 de maio (sábado), às 10h, no formato híbrido, com a parte presencial realizada no auditório do Sepe (Rua Evaristo da Veiga, nº 55 – 7º andar).

Na assembleia do dia 9/04, os profissionais de diversos segmentos da categoria, como as PAEIs, AEIs e AAEIs, panfletaram na praça e ocuparam o microfone para denunciar a grave situação da rede,

Para participar da assembleia de maneira on line, basta acessar o endereço <https://rio.seperj.info/av/> ou o QR code ao lado >>>



com arrocho salarial, adoecimento da categoria devido à intensa carga de trabalho, entre outros fatores que contribuem para fazer com que cada vez mais profissionais tenham que recorrer às licenças médicas. Ao final, a categoria saiu em passeata até a ALERJ, onde se uniu à manifestação da rede estadual. ■

Andamento das ações do Sepe na Justiça

O Jurídico do Sepe produziu um boletim especial com um resumo das principais ações do sindicato que tramitam na Justiça em defesa dos profissionais da rede municipal, como a ação da minutagem, entre outras. O objetivo é facilitar para a categoria o acesso ao andamento. Leia o boletim no QR code ao lado >>>



Sepe realiza reunião sobre educação inclusiva



No dia 11 de abril, o Núcleo de Estudos de Educação Inclusiva (NEEDINC) realizou uma reunião no auditório do Sinpro-Rio. O tema do encontro, que reuniu duas dezenas de profissionais de educação e convidados, foi a discussão sobre a política nacional de inclusão e a situação da inclusão na rede pública de ensino: Diagnóstico geral do Rio de Janeiro, onde as exigências e leis da inclusão não são cumpridas. ■

>> [Leia mais em www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

CNTE propõe emendas para melhorar o PL do Piso Nacional dos(as) Funcionários(as)

O projeto de lei 2531/2021 institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica pública que exercem funções de apoio administrativo, técnico ou operacional já está pronto para ir ao plenário do Senado para votação.

A CNTE, Confederação Nacional à qual o Sepe é filiado, vem lutando para que algumas emendas ao projeto sejam aprovadas antes de ir ao plenário, para melhorar o texto, como a garantia de vincular o piso nacional à formação profissional, com valores e regramentos próprios

e com o compromisso expresso da União em honrar seu pagamento em todos os estados da federação, evitando futuros questionamentos judiciais. A Secretaria de Funcionários Administrativos do Sepe vem acompanhando a tramitação do PL desde a Câmara dos Deputados, tendo ido à Brasília por diversas vezes pressionar os parlamentares. ■

Leia a nota da CNTE no QR code ao lado >>



PAEIs realizaram plenária dia 31/03

Os Professores Adjuntos de Educação Infantil (PAEIs) da rede municipal do Rio de Janeiro realizaram uma plenária online, no dia 31 de março, com a participação de mais de 70 profissionais da educação. O tema principal do encontro foi o descumprimento da implementação do Piso Nacional do Magistério – Lei nº 11.738/2008 –, pela prefeitura, nos salários das PAEIs.

A direção do Sepe informou que o Sepe judicializou a questão do não pagamento do piso. Apesar do reajuste concedido em 2022, os retroativos não foram negociados e o Piso dos PAEIs permaneceu defasado durante os governos do ex-prefeito Eduardo Paes. Após muita pressão da categoria e do sindicato, antes de deixar o cargo, o prefeito concedeu o reajuste, em março de 2026, sob a forma de complemento salarial, ferindo a lei do Piso, pois este deve ser aplicado no nível inicial da carreira, para que haja valorização efetiva. ■

>> [Leia mais em www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

Município precisa de 24% de reajuste para recompor perdas de 2019 para cá

Um estudo do Sepe Dieese com a evolução salarial na rede municipal mostra que a perda salarial entre 2019 e 2025 alcançou a marca de 19,40%. Este resultado mostra como o último reajuste concedido por Eduardo Paes no final de dezembro do ano passado foi insignificante face às perdas acumuladas nos últimos anos de arrocho salarial e congelamentos

Paes, após meses de enrolação e muita pressão do Sepe e do funcionalismo municipal concedeu reajuste de 4,71%. De acordo com o Dieese, o reajuste necessário em 1º de janeiro de 2026 para recom-

por as perdas salariais de 2019 para cá teria que ser de 24,07% pelo IPCA ou 23,88% pelo INPC. Isso, sem falar no vale alimentação, congelado em R\$ 12 desde o dia em que foi criado, há 14 anos.

Veja pelo o que lutamos!

1 >> Reajuste para cobrir as perdas salariais dos últimos anos;

2 >> Pela convocação de todos os concursados aprovados em concurso público;

3 >> Concurso público - basta de privatização na rede municipal!

4 >> Cumprimento do 1/3 extraclasse para a educação infantil ao 9º ano;

5 >> Contra a política de benefícios e abonos que prejudica o Previ-Rio;

6 >> Pela oferta dos cursos inicial, intermediário e avançado conforme edital dos secretários escolares;

7 >> Por uma política de inclusão de verdade, com profissionais especializados e sem a exploração do trabalho dos profissionais da educação;

8 >> Pelo retorno da migração, que se encontra suspensa pela SME;

9 >> Descongelamento do benefício por Tempo de Serviço durante a pandemia;

10 >> Pela transparência da gestão no Previ-Rio;

11 >> Basta de privatização na rede municipal - fora fundações!

12 >> Pelo fim da exclusão das(os) aposentadas(os) da política salarial da prefeitura;

13 >> Fim da minutagem;

14 >> Pagamento para todos do Acordo de Resultados 2024;

15 >> Contra a precarização do trabalho - adoecimento NÃO!

16 >> Cumprimento da lei e pagamento do Piso Nacional no vencimento inicial da carreira de PAEIs;

17 >> Reconhecimento das AEIs como professoras da Educação Infantil;

18 >> Reajuste do vale refeição;

19 >> Pagamento da gratificação de desempenho aos secretários escolares aprovados no curso de capacitação realizado em 2020;

20 >> Correção da escolaridade do cargo para médio normal e reconhecimento do trabalho pedagógico exercido pelas Agentes de Apoio de Educação Especial (AAEEs);

21 >> Regularização da situação funcional das merendeiras, agentes educadores e agentes de apoio à Educação Especial. ■